Unidade I. Contribuições da rede Ibero-Americana de pesquisadores
em história da psicologia
Parte I – Políticas discursivas na história da psicologia
**Cap. 1 – História da psicologia social e políticas da formação em
psicologia**

Francisco Teixeira Portugal

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PORTUGAL, F.T. História da psicologia social e políticas da formação em psicologia. In: JACÓ-VILELA, A.M., and OLIVEIRA, D.M., orgs. *Clio-Psyché: discursos e práticas na história da psicologia* (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 19-31. ISBN 978-85-7511-498-8. Available from: doi: [10.7476/9788575114988.0003](https://doi.org/10.7476/9788575114988.0003). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/27bn3/epub/jaco-9788575114988.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

UNIDADE I

CONTRIBUIÇÕES DA
REDE IBERO-AMERICANA
DE PESQUISADORES EM
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

PARTE I
POLÍTICAS DISCURSIVAS NA
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Capítulo 1

História da psicologia social e políticas da formação em psicologia

Francisco Teixeira Portugal

Em 1929 e em 1954, duas obras criaram, com sucesso, territórios da história da psicologia e da psicologia social. Tanto o trabalho de Boring (1929) quanto o de Lindzey (1954) foram elaborados e associados à criação de departamentos de psicologia e de psicologia social. Ambos constituíram forças para a autonomia institucional da psicologia nas universidades norte-americanas, embora a história ali contada não manifeste o objetivo de fornecer consistência institucional à psicologia. A história, certamente mais ampla, da constituição dos departamentos de psicologia nas universidades norte-americanas relacionada a estes dois projetos, ilustra o argumento aqui apresentado: o de que o isolamento entre a análise epistemológica ali presente e suas consequências institucionais constituem elemento central desse tipo de projeto, embora não seja nosso objetivo expô-la. Foi – e é – política desses projetos segmentar os aspectos conceituais e políticos e territórios institucionais, conceituais e subjetivos. Interessa-nos, neste texto, evidenciar que a formação em psicologia e em psicologia social, presentes nas disciplinas e na estrutura curricular e institucional de alguns cursos universitários de psicologia no Brasil, prendem-se, em linhas gerais, à ordenação ali constituída.

A palavra “política” não apresenta muita relevância em amplos segmentos dos cursos de psicologia, mas há aspectos políticos a serem considerados sempre que se toca em questões sobre a emergência de um saber e os caminhos próprios a ordenação de conhecimento e das práticas envolvidos com as relações entre os homens. À história da psicologia cabe, portanto, considerar tal dimensão de nossas práticas. O movimento histórico aqui exposto questiona a naturalidade da psicologia e as opções majoritárias – a história da ciência impondo limites e orientações *a priori* –, buscando apontar as diferenças introduzidas na história, e não ratificar as identidades em curso.

Dois modos disseminados de fazer história, próprios dos historiadores de psicologia, consistiam na produção dos manuais de história da psicologia, com

seus grandes “temas” e “escolas”, e do conhecimento teórico-sistemático que tomava seu suporte e seu limite na obra de um autor. Distinguindo-se dessa história dos grandes nomes e dos grandes temas, apresentava-se-nos, como questionamento, uma história dos problemas que avaliava o próprio fazer histórico. No momento em que, aparentemente, o historiador se libertava dos grilhões, uma história impositiva porque foi constituída em torno dos nomes e temas, as preocupações desse teor empurravam-nos à busca de um procedimento seguro para que pudéssemos fazer história. Livres dos conteúdos, prendíamos-nos a uma axiomática. Perguntas que antecederiam a pesquisa, “Qual o método utilizado ou a ser utilizado?”, figuravam como resquícios do passado, reificando o método e mantendo isolado da produção histórica seus efeitos cotidianos. O entedimento e o empreendimento de uma história da psicologia são, também eles, construídos historicamente e em contato com comunidades de escritores, pesquisadores, professores etc., com os quais nos confrontamos cotidianamente. Nós, psicólogos interessados no tema, buscávamos a autorização para fazer história, não privilegiadamente pela leitura daquelas já produzidas, mas pelo estudo sistemático dos modos de fazer história. Assim, encontrávamos um lugar ao sol se pudéssemos informar que fazíamos uma história social, uma história da ciência, e assim por diante, removendo nesse ato a variedade inicial dos caminhos e, efeito a ser sempre considerado, secundarizando a positividade dos arquivos. Foi assim, com a valorização da produção local, de seus arquivos e da institucionalização da pesquisa em história da psicologia que surgiu uma proposta renovadora de investigar a psicologia no Brasil.

Na década de 1980, a curiosidade pela emergência e distribuição da psicologia no Brasil derivava das preocupações de uma emergente psicologia social, que propunha a valorização dos condicionantes históricos e sociais locais em confronto com os condicionantes usualmente atribuídos pela literatura de então à psicologia social norte-americana (Lane e Codo, 1984). Inspirados pela proposição marxiana materialista dialética, uma nova identidade disciplinar configurou-se, apesar do esforço coletivo que privilegiava a dimensão histórica da subjetividade. A despeito da riqueza da renovação da psicologia social nas décadas seguintes, os esforços identitários continuaram presentes, arriscando o silenciamento dos problemas existentes em seu surgimento ou mesmo a simplificação das identidades contraditórias. O simplismo com que a psicologia social norte-americana é abordada nos cursos de psicologia social, agora que não constitui mais a perspectiva hegemônica, é testemunha dessa operação.

A psicologia social então emergente colocava um problema de fundo para a psicologia: se o fundo da subjetividade é histórico e social, se ele deve ser buscado em um trabalho como o de Sísifo, considerada a transitoriedade tanto dos objetos como das axiomáticas dos processos de subjetivação, constitui o centro da investigação psicológica o exercício histórico.

Consequentemente, outro procedimento a ser evitado corresponde a conceitos-captura que, derivados de análises históricas, são replicados em outros locais e tornam-se condições para fornecer inteligibilidade ao material investigado.

Cabe, portanto, à produção histórica da psicologia valorizar arquivos, narrativas históricas e práticas correntes motivadas pelo desejo de intervir nas existências contemporâneas. A emergência e a circulação da psicologia no Brasil esteve, nos seus primeiros momentos, e está relacionada à psicologia produzida em outros locais e dirigida a outros problemas. A circulação do conhecimento é uma evidência que não precisa ser comentada, o que cabe questionar é a postura colonizada com relação à produção de conhecimento do chamado centro de produção do conhecimento.

A valorização dos modos pelos quais conhecimentos se tornam psicológicos e as orientações “psicológicas” de nossas ações historicamente plasmadas devem derivar tanto de uma cuidadosa análise de fontes históricas e da problematização de uma natureza psicológica como do desejo de intervir no presente. Uma história consistente, aberta aos problemas atuais e que nos ofereça entendimento das razões pelas quais vivemos dessa maneira, ao mesmo tempo que fornece instrumentos para nossa transformação. A análise de aspectos políticos da história fornece nova consistência aos nossos problemas e constitui, nesse afazer, ferramenta de luta. Nesse sentido, o exercício da história da psicologia que valoriza os arquivos, as narrativas históricas motivadas pelo desejo de intervir nas formas contemporâneas de experiência em que a psicologia se tornou um saber canônico, ganha uma relevância que, se levada adiante, contribui para a reformulação inovadora de nossa área.

De como uma prática histórica se torna hegemônica

Parte de minha formação em psicologia social no curso de graduação constitui exemplo de uma experiência disseminada na virada da década de 1980 para 1990. Como aluno de graduação participei das disciplinas

obrigatórias oferecidas pelo Departamento de Psicologia Social. Naquele momento, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, essas disciplinas tinham como conteúdo programático privilegiado o que tem sido denominado desde então psicologia social cognitivo-experimental.

O estudo dos principais conceitos, das teorias, dos experimentos, a leitura dos textos dos autores canônicos e as sugestões metodológicas dessa prática acadêmica em psicologia social produziam um estranhamento entre os estudantes que, naquela época, tinham dificuldade em objetivar, mas podiam ser explicitados como o reconhecimento de certo artificialismo das propostas e o distanciamento entre as teorias em psicologia social e nossa experiência cotidiana como participantes de grupos sociais. Os estudos de conformidade social de Asch eram para nós incompatíveis, dada a ingenuidade do experimento, com a vida grupal de um estudante dessa cidade. A leitura, muitos anos mais tarde, do texto “A psicologia social como história” (Gergen, 1973) expunha criteriosamente as razões desse desencantamento, recomendando que nos voltássemos à história para a construção da psicologia social.

Perguntávamos como estudar os processos sociais a partir da psicologia, submetendo, do ponto de vista lógico, as interações sociais ao indivíduo. Para aqueles que haviam se interessado pela história da psicologia, evidenciava-se uma dinâmica comum a um grande número de disciplinas do curso: os conceitos eram apresentados sem relacioná-los às suas proveniências. Era como se uma lógica emergisse de um campo restrito, isso porque o recurso pedagógico frequentemente usado em sala de aula reduz o início incerto e inseguro dos saberes acadêmicos ao que é importante atualmente.

Aqueles estudos em psicologia social surpreendentemente não diziam respeito a nenhum acontecimento minimamente relevante na experiência cotidiana de morador da cidade do Rio de Janeiro. Aquela psicologia social encantada pelos procedimentos experimentais elaborados na década de 1960 nas universidades norte americanas como artifício de validação de seus enunciados produziam um desinteresse geral. Naquele tempo buscávamos então uma abordagem mais elaborada no ambiente acadêmico e mais difundida socialmente, e nos dirigíamos para as abordagens clínicas. Seguíamos, assim, a opção majoritária dos psicólogos.

Tendo participado da formação acadêmica de psicólogo como estudante, retornei a ela como docente de psicologia social. Não foi sem desalento que me voltei às referências de que dispunha. Para minha surpresa, havia uma

grande distinção entre o que eu havia aprendido como modelo hegemônico da psicologia social e o que (descobri) havia sido produzido de “alternativo” desde a década 1970. Em alguns casos podíamos retroceder à década 1960 e encontrar novidades, e havia mesmo o resgate (não no sentido de uma investigação erudita, mas do efetivo diálogo proposto por alguns daqueles pensadores) de autores do século XIX, como Gabriel Tarde.

Enfim, um novo mundo que levava o nome psicologia social se apresentava ao investigador. Bastava uma pesquisa com o descritor psicologia social para que grande número de escritos fora do eixo que a formação nos havia levado a ver como dominante se apresentassem. Tais trabalhos, em grande quantidade, não figuravam entre as abordagens que fizeram a psicologia social cognitivo-experimental ser considerada o carro chefe da disciplina algumas décadas atrás.

A questão como a psicologia social abordava o que genericamente era chamado problema social e suas formas de atuação se recolocavam e, com elas, a necessidade de repensar a formação acadêmica.

Alguns problemas se colocaram na nova produção da psicologia social

As categorias que regiam um caminho restritivo da psicologia social foram claramente expostas por Kruger (1986). Naquele momento, tal psicologia social, considerada triunfante, divulgava seus pressupostos como sendo o individualismo, o experimentalismo, a microteorização, o etnocentrismo, o utilitarismo, o cognitivismo e o a-historicismo. Cada uma das características anunciadas tem sido objeto de considerações críticas elaboradas por autores da própria psicologia social e das ciências sociais (Farr, 1996; Greenwood, 2003; Lane e Codo, 1984; Gergen, 1973; Martin-Baró, 1996; Fox et al., 2009).

Assim, desde a década de 1960, tem havido movimentos de renovação em psicologia social que emergiram em diversas partes do mundo. Para citar algumas, nos EUA – o construcionismo social, a psicologia crítica –, no Reino Unido – o grupo da psicologia discursivista, a etogenia, o realismo crítico –, na França – a teoria das representações sociais – e na América Latina – a psicologia da libertação, a psicologia social comunitária, as abordagens sócio-históricas e histórico sociais. Atualmente, nos cursos de Psicologia Social nas universidades, essa variedade de produções que contabiliza muitas décadas é apresentada e acompanhada de um sentimento “crítico” que nem sempre con-

tribui para a inovação ou para a abertura às novas questões colocadas a nós. É que a crítica desacompanhada da história tem se transformado muito frequentemente em militantismo empobrecido.

Uma breve história da formação do modelo norte americano de psicologia social

Historicamente, podemos situar a formação da psicologia social cognitivo-experimental como um acontecimento ocorrido nos EUA após a Segunda Grande Guerra (Farr, 1996). Sua identidade conceitual e institucional foi forjada nesse momento, ainda que como um amálgama de pesquisas cujos autores, além dos norte-americanos, foram recrutados em diferentes partes da Europa.

A variedade de pesquisas realizadas ganhou um contorno disciplinar tratado (e produzido) pelo *Manual de Psicologia Social* organizado por Lindzey, em 1954. A obra reunia uma enorme quantidade de autores de diferentes universidades e contava com um alentado capítulo de abertura escrito por Gordon Allport, que ofereceu uma captura epistemológica para o campo. O trabalho organizador de Lindzey e a leitura positivista de Allport contribuíram para ordenar um campo disciplinar, instituindo um dentro e um fora, quer pelos critérios de seleção dos temas abordados e autores convidados pelo primeiro, quer pelas justificativas epistemológicas oferecidas pelo segundo.

Nessa história, gostaria de indicar o entendimento, oferecido por Allport, da psicologia social como uma subdisciplina da psicologia geral. A psicologia social, na célebre definição/descrição oferecida naquele texto, poderia/deveria ser entendida da seguinte forma:

Com pouquíssimas exceções, psicólogos sociais consideram sua disciplina como *uma tentativa de entender e explicar como os pensamentos, os sentimentos e os comportamentos dos indivíduos são influenciados pela presença real ou implícita de outros* (Allport, 1954, p. 5, tradução minha, grifo do original).

Assim sendo, embora a definição tenha um caráter eminentemente prático, uma vez que o autor reconhece que, de uma forma geral, toda psicologia tenha de ser social, o ponto principal é o que afirma ser a psicologia social, acima de tudo, um ramo da psicologia geral, e a ênfase, a mesma: a “natureza humana localizada na pessoa”.

Assim sendo, a psicologia social sacramentava a opção individualista e a pesquisa se limitava a entender como os indivíduos afetam os indivíduos em grupos. As pesquisas elaboradas nas décadas seguintes partiam sempre de um modelo de homem com características próprias: adulto, branco, classe média, racional, isto é, um modelo de homem, um homem médio. O etnocentrismo se fazia valer tanto nas relações internas ao país quanto nos contatos com outros grupos estrangeiros.

Essa opção individualista, contudo, demandava uma explicação histórica. Como uma psicologia social poderia ser individualista? Por que caminhos essa operação teria ocorrido? Farr (1996) apresentou uma história das transformações institucionais e Greenwood (2003) expôs a transformação dos conceitos. Atualmente, ambas impactam nossa formação em psicologia e psicologia social.

A primeira diz respeito a certa configuração departamental e às formas pelas quais as disciplinas são oferecidas a partir dessa organização institucional. A autonomia universitária das universidades brasileiras garante a diversidade dos currículos, mas não é incomum os cursos se organizarem em uma configuração que guarde semelhanças com a imagem de uma psicologia geral de outrora; uma psicologia geral e experimental (hoje transformada em psicologia dos processos básicos) que nos forneceria informações sobre os principais sistemas de psicologia e suas formas (científicas) de legitimação do conhecimento produzido e as psicologias daí derivadas, entre elas a psicologia social. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, o Instituto de Psicologia conta com quatro departamentos, e o Departamento de Psicologia Social oferece a primeira disciplina aos estudantes somente no quarto período, isto é, após uma formação básica nos principais sistemas e temas da psicologia. Afinal, seguindo a argumentação da Allport, a psicologia social é basicamente um ramo da psicologia geral.

Tal forma de estruturação curricular também se coaduna com outra das características indicadas por Kruger em 1986: a microteorização. Sabemos como essa variedade de pesquisas agrupadas genericamente (e inadequadamente) sob o nome psicologia social cognitivo-experimental, psicologia social psicológica ou psicologia social moderna teve dificuldades em formular uma teorização de amplo alcance. O procedimento difundido foi aplicar conhecimentos das, outrora, grandes teorias da psicologia – o behaviorismo, a psicologia da Gestalt (de onde inicialmente derivou o cognitivo no nome da psicologia social) e, em

menor número, a psicanálise – aos problemas da psicologia social. Tal aplicação envolve uma história matizada que envolve desde as formulações originais de Lewin ao experimentalismo de Festinger e as apropriações muito próprias da psicanálise em situações bastante diferentes das de sua emergência clínica (Goldstein, 1980).

Desse modo, os cursos de psicologia carregam, ainda que não exclusivamente, uma organização herdada de um entendimento da psicologia que foi forjado junto com a formação dos departamentos de psicologia ao longo da primeira metade do século XX nos EUA. Um movimento marcado pela busca de autonomia na psicologia em relação aos locais institucionais onde era até então gerida, isto é, nos departamentos de filosofia, daí a retórica positivista casada à defesa de certa concepção de ciência. Essa busca pela diferenciação da psicologia da filosofia também ocorreu no campo da sociologia. Disciplinas que surgiram concomitantemente, tanto a sociologia quanto a psicologia constituíram seus departamentos na universidade norte-americana simultaneamente. Essa distinção foi importante para a delimitação do campo da psicologia ao escopo do indivíduo ou do sujeito.

Esse esforço de autonomização da psicologia e formação dos departamentos foi, em grande parte, responsável pela individualização e valorização da perspectiva experimental na disciplina. Uma luta muito acirrada em que o caso William James é bastante expressivo. James, considerado pela comunidade psicológica, há longo tempo, como um dos principais formadores da psicologia nos EUA, lutou ativamente – de sua reconhecida posição de intelectual em Harvard, como um dos pilares do pragmatismo e autor dos *Princípios de Psicologia* – contra a autonomização da psicologia. A questão mais geral da fragmentação do conhecimento envolvia um variado conjunto de intelectuais do início do século em debates sobre o arranjo das disciplinas nos itens especialização, profissionalização da atividade e institucionalização das disciplinas. Assim sendo, James, imerso em um debate que ultrapassava a psicologia, teve sua posição derrotada. A posição de Münsterberg, por ele convidado a lecionar em Harvard, foi vencedora, valorizando a especialização. James não considerava que a solução seria uma síntese arquitetônica do conhecimento comandada pela superdisciplina filosofia, nem mesmo uma síntese metodológica. Para ele, a filosofia consolidaria o solo do conhecimento não com a massa intelectual, mas socialmente – isto é, contribuindo para uma formação aberta e pluralista de investigadores (Bordogna, 2008).

É nesse contexto que devemos inserir o livro de Boring (1929) em busca de uma história da psicologia experimental, artifício legitimador da autonomia do departamento de psicologia. Nesse momento, a psicologia social que se tornara hegemônica tem suas condições de emergência explicitadas.

Com o crescimento gradativo das publicações norte-americanas com o título de psicologia social – que apresenta um salto expressivo já na década 1920, com a migração de muitos europeus, principalmente a partir de 1933 – a psicologia social como disciplina se difunde nos EUA. Vale lembrar que, em um primeiro momento, isto é, na psicologia social elaborada em período anterior à Segunda Guerra Mundial, já havia estudos numerosos e relevantes na tradição sociológica, que foram se isolando gradativamente da psicologia social produzida nos cursos de psicologia (Britt, 1937). Cabe apontar também estudos de psicologia social que se afastam dos departamentos de psicologia para ganhar vida comercial, como as pesquisas de opinião de uso extensivo nas campanhas políticas e comerciais (*The Century of the Self*, BBC). Podemos dizer que houve estudos em psicologia social nos EUA anteriores e contrários a essa separação, como os de George Mead. Essa é uma história interessante e que toca na situação atual de nossa formação.

Mead, juntamente com James, Dewey e Peirce, constituem os principais pilares do pragmatismo. Simultaneamente, é um pensador profunda e longamente preocupado com a elaboração de uma psicologia social sofisticada. Para alguns de seus comentadores (Cook, 1993), sua psicologia social corresponde ao centro de seu esforço filosófico: o pragmatismo. Mead desenvolveu uma ontologia social da consciência e de si que descarta a oposição indivíduo/grupo. Além disso, seu envolvimento com os problemas sociais da cidade de Chicago foi tão intenso que, durante aproximadamente dez anos, ele se afastou de suas obrigações como professor da Universidade de Chicago para atuar em associações, dentro da democracia associativista daquela cidade que crescia vertiginosamente com todos os problemas de imigração, das insalubres e injustas condições de trabalho da intensa industrialização e das dificuldades com a educação pública.

Contudo, sua apropriação pelos que se inseriram em departamentos de sociologia, e o concomitante descarte de sua obra pelos que se vincularam aos departamentos de sociologia, constitui mais um caso que, Britt, um sociólogo da George Washington University, se lamentava em 1937 como sendo a divisão institucional da psicologia social, forte tanto na *American Psychological Associa-*

tion (APA), criada em 1892, como na *American Sociological Association* (ASA), criada em 1905, mas sem nenhum contato entre elas.

Essa divisão também foi exposta por Farr (1996), que se satisfaz em apontar duas formas da psicologia social: a psicológica e a sociológica. Esse caminho bifurcado tem encontrado ressonâncias, como no manual de psicologia social escrito por Álvaro e Garrido (2006), *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*, que se propõe à apresentação de modelos de psicologia social, incluindo autores que fizeram sua história de forma isolada na psicologia ou na sociologia.

Para finalizar

Tendo o variado conjunto de investigações produzidas nos EUA no pós-guerra sido organizados em um “modelo” – a psicologia social moderna – que gradativamente se afasta dos problemas sociais com os quais esteve envolvido, esse conjunto de pesquisas encontrou dificuldades para sua reprodução. Podemos dizer que houve uma enfática exigência cientificista/acadêmica, uma disciplina bem-sucedida que acabou por demandar exigências demasiadas para a produção de enunciados gradativamente de menor relevância social em um momento de expressiva mudança: a década de 1960. O enrijecimento da disciplina foi acompanhado de movimentos inovadores no campo da psicologia.

A história do que vem sendo elaborado como psicologia social, a partir dos anos 1970, tem sido o centro de cursos universitários dessa disciplina. Uma história rica tanto na produção conceitual como na distribuição geográfica em que a América Latina ganhou posição relevante.

Não é meu objetivo neste momento contar as histórias (por mais variadas e interessantes que sejam) a partir daí, mas evidenciar como tal renovação conceitual surgida sob a categoria psicologia social, que reacendeu o envolvimento da psicologia com questões como desigualdade, pobreza, minorias, gênero, política, colonialismo, história, demanda também uma reformulação da formação universitária.

A inovação conceitual produzida pela psicologia social nesse quase meio século, desde as primeiras problematizações do modelo hegemônico cognitivo-experimental, ainda que não esteja evidentemente livre das legitimações acadêmicas hierarquizantes e especializantes, é muitas vezes obliterada

pela manutenção de uma estrutura curricular que repete, na formação universitária, uma estrutura conceitual de outrora.

Nesse sentido, caberia questionar a divisão departamental, a valorização de “escolas” ou “sistemas de pensamento” na psicologia, a canonização de métodos, o privilégio da formação clínica.

Caberia, mais profundamente, investigar os aspectos políticos da formação em psicologia e retomar mais intensamente a investigação das forças subjetivadoras de nossas práticas em que a formação constitui momento crucial.

Referências

- Allport, G. “The historical background of modern social psychology”. In Lindzey, G. (ed.). *Handbook of social psychology*. Reading: Addison-Wesley, 1954.
- Álvaro, J. L. e Garrido, A. *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw Hill, 2006.
- Bordogna, F. *William James at the Boundaries: philosophy, science, and the geography of knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- Boring, E. G. *History of experimental psychology*. Nova York: Century, 1929.
- Brit, Steuart Henderson. “Social psychologists or psychological sociologist? —Which”. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, n. 32, pp. 314-18, 1937.
- Cook, G. A. *George Herbert Mead: the making of a social pragmatist*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1993.
- Fox, D. et al. (eds.). *Critical psychology: an introduction*. London: Sage, 2009.
- Gergen, K. J. “Social psychology as history”. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 26, n. 2, pp. 309-20, 1973. Edição em português. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000300018&script=sci_arttext#back.
- Golstein, J. H. *Social psychology*. Nova York: Academic Press, 1980.
- Greenwood, J. D. *The disappearance of the social in American social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Kruger, H. *Introdução à psicologia social*. São Paulo, EPU, 1986.
- Lane, S. T. M. e Codo, W. (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Lindzey, G. (ed.). *Handbook of social psychology*. Reading: Addison-Wesley, 1954.
- Martin-Baró, I. “O papel do psicólogo”. *Estudos em Psicologia*, v. 2, n. 1, pp. 7-27, 1996.